



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 312 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 29 de junho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 443/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor JALSON PEREIRA DE SOUSA, matrícula nº 86108, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Finanças e Contabilidade, no período de 07 a 26 de julho de 2017, durante as férias da titular do cargo Margareth Pinto da Silva Costa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 444/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 023, de 23 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
5ª	Miracema do Tocantins e Tocantínia	Sterlane de Castro Ferreira	05 a 10/06/2017
8ª	Filadélfia	Juliana da Hora Almeida	01 30/06/2017
10ª	Araguatins	Décio Gueirado Júnior	15 a 19/05/2017
11ª	Itaguatins e Axixá	Breno de Oliveira Simonassi	14 e 16/06/2017
13ª	Cristalândia e Pium	Guilherme Goseling Araújo	30/06/2017
15ª	Formoso do Araguaia	Gustavo Schult Júnior	01 a 18/06/2017 20 a 30/06/2017
		Caleb de Melo Filho	19/06/2017

16ª	Colmeia	Adriano Zizza Romero	05 a 30/06/2017
17ª	Taguatinga e Aurora do Tocantins	Anton Klaus Matheus Morais Tavares	12 a 14/06/2017 19 a 23/06/2017
18ª	Paraná e Palmeirópolis	Bartira Silva Quinteiro	12/06/2017 19 a 30/06/2017
19ª	Natividade e Almas	André Henrique Oliveira Leite	19 a 30/06/2017
21ª	Augustinópolis	Breno de Oliveira Simonassi	16/06/2017
22ª	Arraias	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	01 e 02/06/2017
24ª	Araguacema	Guilherme Goseling Araújo	01 a 30/06/2017
26ª	Ponte Alta do Tocantins	Leonardo Valério Pulis Ateniense	01 a 18/06/2017
		Renata Castro Rampanelli Cisi	19 a 30/06/2017
27ª	Wanderlândia	Sidney Fiori Júnior	01 a 30/06/2017
28ª	Miranorte	Felício de Lima Soares	01 a 20/06/2017
31ª	Arapoema	Thais Cairo Souza Lopes	14 a 30/06/2017
32ª	Goiatins	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 13/06/2017
		Celem Guimarães Guerra Júnior	14 a 30/06/2017
33ª	Itacajá	Luiz Antônio Francisco Pinto	01 a 04/06/2017
		Laryssa Santos Machado Filgueira	05 a 30/06/2017
34ª	Araguaína	Benedicto de Oliveira Guedes Neto	01 a 14/06/2017

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 445/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de justiça MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA para atuar na sessão do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no dia 30 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADA: LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA

DESPACHO Nº 311/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça Substituta LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 10 e 11 de julho de 2017, em compensação aos dias 10 e 11/06/2017; os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: GUSTAVO SCHULT JÚNIOR

DESPACHO Nº 312/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça Substituto GUSTAVO SCHULT JÚNIOR, para conceder-lhe 05 (cinco) dias de folga, a serem usufruídos no período de 10 a 14 de julho de 2017, em compensação aos dias 25, 26 e 27/03/2016; 07 e 08/05/2016; 21 e 22/05/2016; 07, 08 e 09/09/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADA: THAÍS CAIRO SOUZA LOPES

DESPACHO Nº 313/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça THAÍS CAIRO SOUZA LOPES, para conceder-lhe 04 (quatro) dias de folga, a serem usufruídos no período de 25 a 28 de julho de 2017, em compensação aos dias 10/04/2016; 21, 23 e 24/04/2016; 16 e 17/12/2016 os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017/0701/00311

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior relativa recolhimento do IGEPREV/PATRONAL.

INTERESSADA: Cristiana Costa Sardinha Melo.

DESPACHO Nº 314/2017 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e da Lei Federal nº 4.320/64, e consonância com o Parecer nº 111/2017 da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, fls. 13/16, e considerando o teor do MEM/DG/MP nº 222/2017, fls. 17, bem como as retificações de informações consignadas no MEM/DG/MP/Nº 152/2017, de 27 de junho de 2017, fls. 22 e no MEM/DG/MP nº 232/2017, de 27 de junho de 2017, fls. 23 e demais documentos carreados nos autos epigrafados, RETIFICO o despacho nº 303/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 309, de 26 de junho de 2017, que reconheceu a dívida de exercício anterior, referente ao recolhimento do IGEPREV/PATRONAL pela cessão da servidora CRISTIANA COSTA SARDINHA MELO, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (Analista Jurídico), para esta Procuradoria-Geral de Justiça (Assessora Jurídica de Procurador de Justiça), reduzindo o valor total para R\$ 7.251,89 (sete mil duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos), correspondente aos cálculos apurados, conforme apontados na Planilha acostada nos autos em epígrafe, às fls. 20/21, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento total da respectiva despesa em favor da referida servidora.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE

DESPACHO Nº 315/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça Substituto ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE, itinerário Almas/Dianópolis/Almas, no período de 08 a 09 junho de 2017, para participar audiências, conforme Memória de Cálculo nº 063/2017 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça Substituto, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 34,19 (trinta e quatro reais e dezenove centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS: 2014.0701.00569

ASSUNTO: Prorrogação do prazo e alteração do contrato nº 031/2015, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada – 5º Termo Aditivo.

INTERESSADAS: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa Ipanema Segurança Ltda.

DESPACHO Nº 316/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando a manifestação favorável constante do Parecer Administrativo nº 102/2017, às fls. 3450/3453, da Assessoria Especial Jurídica desta Instituição, com fundamento no art. 57, inciso II, AUTORIZO a prorrogação do contrato nº 031/2015, celebrado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa Ipanema Segurança Ltda, referente à prestação de serviços de vigilância armada, com término previsto para 30/06/2017, por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/07/2017, bem como a alteração do subitem 9.1 da cláusula nona do contrato, para especificar a necessidade de emissão de nota fiscal/fatura para cada localidade onde são prestados os serviços. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do Quinto Termo Aditivo ao citado contrato. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 003/2010 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O SR. EDGLEITE ALVES TAVARES.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 003/2010, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 12 de março de 2010.

PROCESSO: 2010/0701/00060

CONTRATADO: EDGLEITE ALVES TAVARES

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Araguaçu-TO

EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula segunda Contrato nº 03/2010 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

PARECER JURÍDICO: 027/2017

VALOR DA LOCAÇÃO	R\$ 1.535,52
------------------	--------------

ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)	4,86%
--	-------

VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO	R\$ 74,63
-----------------------------	-----------

VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 12.03.2017	R\$ 1.610,15
--	--------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

PROCESSO: 2017/0701/00259

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins MP/TO e Banco Brasil S/A.

OBJETO: Concessão de empréstimos e financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, pelo Banco do Brasil S.A., aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (MP/TO), com pagamento mediante consignação em folha de pagamento.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a contar da data de publicação.

DATA DA ASSINATURA: 27/06/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira / Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Ricardo Nunes da Cruz / Gerente-Geral do Banco do Brasil S/A.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

PROCESSO: 2017/0701/00238

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins MP-TO e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins TJ-TO.

OBJETO: Regulamentar, em caráter provisório, a disponibilização de um servidor do MP-TO ao TJ-TO, com a finalidade específica de desenvolver funcionalidades no sistema e-PROC que beneficiarão não só ao MP-TO, mas todos os judicantes e jurisdicionados do Estado do Tocantins.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar da data de publicação.

DATA DA ASSINATURA: 27/06/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e o Desembargador Eurípedes Lamounier - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

DIRETORIA-GERAL**PORTARIA DG Nº 092/2017**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 22ª Promotoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010168577201711, em 27 de junho de 2017, da lavra do Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, Procurador de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Caio Rubem da Silva Patury, a partir do dia 28/06/2017, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 19/06/2017 a 03/07/2017, assegurando o direito de usufruto desses 06 (seis) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 28 de junho de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

APOSTILA DG Nº 001/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas na Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

R E S O L V E:

Apostilar a PORTARIA DG Nº 114/2015, de 24/08/2015, publicado no DOE/TO nº 4.446, de 27/08/2015, referente à interrupção de férias da servidora, Luciane Garcia Geraldo Moitinho, conforme a seguir:

Onde se lê:

“Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Luciane Garcia Geraldo Moitinho, a partir do dia 17/08/2015, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, marcadas anteriormente para usufruto no período de 10/08/2015 a 19/08/2015, assegurando o direito de usufruto dos 03 (três) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.”

Leia-se:

“Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Luciane Garcia Geraldo Moitinho, a partir do dia 15/08/2015, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, marcadas anteriormente para usufruto no período de 10/08/2015 a 19/08/2015, assegurando o direito de usufruto dos 05 (cinco) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.”

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 26 de junho de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 105/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 49/2017.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Eventuais irregularidades na transferência de pacientes admitidos na UPA 24h Araguaína Sul ao Hospital Regional de Araguaína – HRA, por falta de vagas.

INVESTIGADO(S): IBGH, Unidade de Pronto Atendimento de Araguaína – UPA e Hospital Regional de Araguaína – HRA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 26 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0000401, autuado a partir de representação dando conta de possível irregularidade no Edital nº 001/2017 da Prefeitura de Palmas para seleção de pessoal para atuar na Gestão e Cadastro do Bolsa Família, tendo em vista a ausência de elementos que legitimem a atuação deste Parquet. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 28 de junho de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XAMBIOÁ**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 008/2017**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.: 008/2017

INVESTIGANTE: Rui Gomes Pereira da Silva Neto – Promotor de Justiça

FUNDAMENTOS:

Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1o, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº13/2017-PJX

FATO(S): Suposta Quebra de Contrato Temporário (Secretária de Saúde do Estado do Tocantins).

INTERESSADO: MP/SOCIEDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Xambioá/TO, 09 de junho de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITACAJÁ**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 81/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: ofício Circular nº 003/2016, encaminhado pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher do Ministério Público do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades na elaboração do Relatório Anual de Gestão do ano de 2016, pelo município de Centenário/TO.

INVESTIGADO: A apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de junho de 2017.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

